

Lei para evitar irregularidades no GDF

A necessidade do Legislativo elaborar lei que estabeleça os crimes de responsabilidade das autoridades do Distrito Federal, para se evitar a repetição de casos como o que envolveu a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e a empresa Encol, foi encarecida, ontem, pelo senador Accioly Filho, relator da Comissão de Constituição e Justiça.

Em seu trabalho, o parlamentar examina a legislação em vigor e conclui pela inexistência de diploma legal que enquadre o Governador do DF e seus Secretários nos casos de crime de responsabilidade e que discipline o regime de bens incorporados às entidades descentralizadas de Brasília e da própria União.

A comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o parecer Accioly Filho que, a pedido da Comissão do Distrito Federal, examinou denúncias do Tribunal de Contas do DF sobre irregularidades praticadas na Administração Helio Pates da Silveira, com imóveis da SHIS. O relatório do senador paraense, porém, deixa claro que "não cabe a esta Comissão (CCJ) examinar a responsabilidade de quaisquer servidores, nem se aplica, no caso, a Lei 1 079 de 10/4/50 que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo. Só importa verificar a existência, ou não, de meios de defesa dos bens da União que forem transferidos a entidades paraestatais, quando objeto de malversação. Se existente, nada há a legislar; se inexistente, será conveniente o Congresso tomar a iniciativa de projeto que atenda aquele objetivo".

ELABORAR PROJETO

Mais adiante, o relatório do senador Accioly Filho elucida:

"Embora o Senado tenha a função de Câmara Legislativa do Distrito Federal, a sua competência, quanto à fiscalização, não excede a financeira e orçamentária. Cabe-lhe, a respeito do DF, quanto à matéria que não for a financeira ou orçamentária, a mesma atribuição dada à Câmara dos Deputados a fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta aí se compreendendo, sem dúvida, os atos do Governo do Distrito Federal".

Dentro deste contexto, o parlamentar não vê como o Senado obstante entender que o Governo de Brasília age como delegado do Poder Executivo Federal. E, acrescenta:

"Conviria, é certo, examinar a conveniência da elaboração de projeto que estendesse ao Governador e Secretários do DF os termos da Lei 1 079. Esta, disciplina não só os crimes de responsabilidade dos Governadores e Secretários de Estados, além do Presidente da República e Ministros de Estado, como também Ministros do Supremo Tribunal e o Procurador Geral do Estado, este último em posição similar à do Governador do Distrito Federal. Isto é, ocupante de cargo em comissão, demissível "ad-nutum" e de livre escolha do Presidente da República.

CRIME DE RESPONSABILIDADE

Entende, ainda, Accioly Filho que esta circunstância, "de não ocupar cargo eletivo, com mandato por tempo certo, não deve afastar a figura do Governador do Distrito Federal das hipóteses de aplicação da lei de crime de responsabilidade, pois também sem mandato e ocupantes de cargo transitórios são o Procurador Geral da República e os Secretários dos Estados".

O relator lembra em seu parecer, que a CCJ não pode pronunciar-se sobre o mérito das transações efetuadas pela SHIS, "e que foram inquinadas de nulidade pelo Tribunal de Contas do DF". Mas, e por isso mesmo, entende que não é demasiado a elaboração de lei disciplinadora do regime de bens incorporados não só às entidades descentralizadas do Distrito Federal, mas da própria União, era prevenir casos como "o levantamento pelo TCDF".

Concluindo Accioly Filho arrematou: "Pelo já exposto, e tendo em vista que o próprio Tribunal de Contas já provocou as medidas judiciais, de natureza civil e penal, cabíveis quanto ao caso objeto da Representação, cabe ao Senado, se assim entender esta Comissão ou a do Distrito Federal, tomar a iniciativa de projetos de lei que visem a dispor sobre as matérias ventiladas neste parecer".

ALIENAÇÃO

O Governo do Distrito Federal só poderá alienar bens imóveis com autorização do Presidente da República, de acordo com projeto aprovado, ontem, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, quando examinou parecer do Senador Accioly Filho, relacionado com transações realizadas pela SHIS e julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do DF.

O trabalho é de autoria do Senador Nelson Carneiro e foi aprovado na forma de substitutivo elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça, que determina:

"A alienação de bens imóveis do Distrito Federal bem como de suas autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista de cujo capital participe, dependerá de autorização em decreto do Presidente da República e será sempre precedida de parecer do órgão responsável pelo patrimônio do DF, quanto à sua oportunidade e conveniência."

Fixa, ainda, o projeto que o estabelecido acima não se aplica às alienações a título gratuito, que deverão ser precedidas de lei especial. Semelhantes normas são aplicadas aos órgãos da Administração Pública Federal através do Decreto-Lei 200, de 1967, que regula as licitações para compras, obras, serviços e alienações.

A proposição será, agora, examinada e votada na Comissão do Distrito Federal do Senado e, em seguida irá a plenário para depois passar pela Câmara dos Deputados.